




CAPÍTULO 8

SAÚDE MENTAL E INTERVENÇÃO PSICOSSOCIAL: UMA REVISÃO NARRATIVA DA LITERATURA

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.924132501088>

André Luiz Vieira Champloni

Eduardo Soares Rodrigues

RESUMO: Este artigo revisa a saúde mental, definindo-a amplamente como bem-estar emocional e capacidade de resiliência, e explorando o conceito de psicopatologia na Psicologia. O estudo ressalta a complexidade do sofrimento psíquico, influenciado por fatores biológicos, psicológicos e sociais, que exigem intervenções integradas. A metodologia foi uma revisão narrativa da literatura em bases de dados como PubMed e SciELO. Os resultados, baseados em 22 publicações, mostram que a Psicologia (e seus diversos paradigmas) é crucial na promoção da saúde mental, valorizando a escuta e o vínculo terapêutico. A Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) brasileira, fruto da Reforma Psiquiátrica, oferece cuidado territorializado e interdisciplinar. Transtornos comuns, como TPB, TOC, TEPT e TDAH, são abordados, destacando a influência das relações. As intervenções psicológicas incluem diversas psicoterapias e abordagens contemporâneas como TCC, DBT e EMDR. O uso de farmacologia complementar e avanços tecnológicos, como psiquiatria de precisão, também são discutidos. Em suma, o cuidado em saúde mental requer uma abordagem ética, sensível e interdisciplinar, integrando psicoterapia, farmacologia e tecnologia, e considerando as dimensões sociais e históricas.

PALAVRAS-CHAVE: Saúde mental, Psicopatologia, Relações interpessoais, Intervenções psicológicas, Rede de Atenção Psicossocial.

MENTAL HEALTH AND PSYCHOSOCIAL INTERVENTION: A NARRATIVE LITERATURE REVIEW

ABSTRACT: This article reviews mental health, broadly defining it as emotional well-being and resilience, and explores the concept of psychopathology in Psychology. The study highlights the complexity of psychological distress, influenced by biological, psychological, and social factors, which require integrated interventions. The methodology was a narrative review of the literature in databases such as PubMed and SciELO. The results, based on 22 publications, show that Psychology (and its various paradigms) is crucial in promoting mental health, valuing listening and the therapeutic bond. The Brazilian Psychosocial Care Network (RAPS), a result of the Psychiatric Reform, offers territorialized and interdisciplinary care. Common disorders, such as BPD, OCD, PTSD, psychopathy, and ADHD, are addressed, highlighting the influence of relationships. Psychological interventions include various psychotherapies and contemporary approaches such as CBT, DBT and EMDR. The use of complementary pharmacology and technological advances, such as precision psychiatry, are also discussed. In short, mental health care requires an ethical, sensitive and interdisciplinary approach, integrating psychotherapy, pharmacology and technology, and considering social and historical dimensions.

KEYWORDS: Mental health, Psychopathology, Interpersonal relationships, Psychological interventions, Psychosocial Care Network.

INTRODUÇÃO

A saúde mental constitui um dos pilares fundamentais do bem-estar humano, influenciando diretamente a forma como os indivíduos percebem a si mesmos, se relacionam com os outros e enfrentam as demandas do cotidiano. Em um mundo marcado por transformações sociais aceleradas, precarização dos vínculos afetivos e aumento dos níveis de estresse e sofrimento psíquico, o tema da saúde mental torna-se cada vez mais urgente e complexo (OMS, 2021; WHO, 2025). Este artigo propõe uma reflexão aprofundada sobre essa temática, adotando como base uma revisão narrativa da literatura científica, com ênfase na interface entre os transtornos mentais, as relações interpessoais e as práticas clínicas contemporâneas (Souza; Silva; Carvalho, 2010).

Historicamente, a saúde mental foi concebida de forma fragmentada, dissociando corpo e mente, indivíduo e sociedade. No entanto, abordagens contemporâneas vêm ressaltando a indissociabilidade entre fatores biológicos, psicológicos e sociais na compreensão do sofrimento psíquico (Perrez; Baumann, 2005; Dalgalarondo, 2008). As psicopatologias, nesse contexto, não devem ser vistas apenas como entidades clínicas isoladas, mas como fenômenos multifatoriais, que exigem uma análise integrada da experiência subjetiva e dos determinantes históricos, culturais e sociais (Botelo; Cunha; Macedo, 2011).

A concepção de saúde mental adotada neste trabalho transcende a visão patológica centrada na ausência de doença, sendo compreendida como um processo dinâmico que envolve bem-estar emocional, resiliência, vínculos afetivos saudáveis e condições sociais favoráveis (WHO, 2025). Essa definição dialoga com a perspectiva da Organização Mundial da Saúde (OMS, 2021) e com a Psicologia Humanista, especialmente na obra de Carl Rogers, que destaca a importância da empatia, autenticidade e aceitação incondicional como fundamentos essenciais para a promoção da saúde mental (Rogers, 2009).

As relações interpessoais desempenham papel central na constituição da subjetividade e na manutenção da saúde psíquica. A forma como esses vínculos se estabelecem pode influenciar tanto a etiologia quanto o curso de diversos transtornos mentais (Winnicott, 1990; Pichon-Rivière, 2005), evidenciando a importância de compreender o sofrimento psíquico em sua dimensão relacional. Autores como Botelo, Cunha e Macedo (2011) destacam o impacto de dinâmicas relacionais disfuncionais, como a dependência emocional, na gênese e manutenção de psicopatologias.

No campo da psicopatologia, Dalgalarondo (2008) oferece uma abordagem integrativa que valoriza tanto os aspectos descritivos dos transtornos quanto os elementos subjetivos e relacionais implicados em cada quadro clínico. Essa perspectiva evita reducionismos e destaca a importância da escuta sensível e da compreensão do contexto sociocultural do sujeito.

Entre os transtornos de maior prevalência, destacam-se os transtornos de ansiedade, depressivos e psicóticos (Cordíoli, 2008; Schneider; Margraf, 2009). A literatura recente também tem incluído abordagens neurobiológicas dos transtornos, como no estudo de Blair (2013) sobre os traços psicopáticos na juventude, evidenciando as bases cerebrais associadas à empatia e à regulação emocional.

Quanto às abordagens terapêuticas, destaca-se a diversidade de modelos contemporâneos disponíveis. A psicanálise contribui com uma escuta voltada ao inconsciente e aos fenômenos transferenciais (Freud, 1912/1996). A terapia cognitivo-comportamental, conforme Beck (2013), oferece intervenções estruturadas baseadas na identificação e reestruturação de pensamentos disfuncionais. Modelos mais recentes, como a Terapia Comportamental Dialética (Linehan, citada em Zanarini, 2009) e o Tratamento Baseado na Mentalização (Bateman; Fonagy, 2006; Fonagy; Bateman, 2008), têm se mostrado eficazes no manejo de transtornos complexos, como o transtorno de personalidade borderline.

Também foram analisadas práticas terapêuticas grupais e comunitárias, inspiradas em autores como Pichon-Rivière (2005), que evidenciam o grupo como espaço de transformação subjetiva, troca de experiências e ressignificação de vínculos.

Estratégias como o EMDR (Margraf; Schneider, 2009) vêm sendo utilizadas no tratamento de memórias traumáticas, especialmente em casos de estresse pós-traumático.

A literatura consultada também aborda o uso racional de medicamentos psicotrópicos, que, embora relevantes, devem estar sempre integrados a um plano terapêutico centrado no sujeito (Asen; Fonagy, 2012). Avanços tecnológicos, como o uso de inteligência artificial, aplicativos de monitoramento emocional e recursos de telessaúde, vêm transformando o campo da saúde mental (Chen et al., 2022), exigindo reflexão crítica quanto à ética, privacidade e qualidade das interações terapêuticas mediadas por tecnologia.

No contexto brasileiro, a Reforma Psiquiátrica e a consolidação da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) representam um marco na organização do cuidado em saúde mental, conforme estabelecido na Portaria nº 3.088/2011 do Ministério da Saúde. Essa rede promove a atenção territorializada, comunitária e intersetorial, comprometida com os direitos humanos. No entanto, ainda há desafios estruturais, como o estigma, a fragmentação do cuidado e as limitações de acesso, especialmente em regiões vulneráveis (Ministério da Saúde, 2011).

Diante desse panorama, este artigo buscou discutir a saúde mental como campo teórico-prático interdisciplinar, perpassando a concepção ampliada de psicopatologia, os principais modelos de intervenção e os desafios contemporâneos para o cuidado integral, a partir de uma revisão narrativa da literatura. Fundamentado em uma abordagem crítica e comprometida com a integralidade da atenção ao sujeito, o presente trabalho reforça a necessidade de ações articuladas entre ciência, clínica, políticas públicas e práticas sociais, visando à promoção da saúde mental como direito humano fundamental.

METODOLOGIA

Este estudo seguiu os princípios da revisão narrativa da literatura, com o objetivo de reunir, analisar e integrar produções acadêmicas e científicas que discutem a articulação entre saúde mental, psicopatologia e relações interpessoais. A revisão narrativa é particularmente adequada para temas amplos e complexos, como o abordado neste trabalho, pois permite a síntese crítica de diferentes abordagens teóricas e empíricas, favorecendo a compreensão global do campo e a identificação de lacunas e tendências emergentes (Souza et al., 2010).

A busca por literatura foi realizada nas bases de dados eletrônicas PubMed, PsycINFO, SciELO, Google Scholar e em repositórios acadêmicos institucionais, utilizando os seguintes descritores, em português e inglês, combinados entre si: “saúde mental”, “psicopatologia”, “relações interpessoais”, “transtornos mentais”, “intervenções terapêuticas”, “atenção psicossocial”, “sofrimento psíquico”, “integração biopsicossocial” e “modelos de cuidado em saúde mental”.

Foram incluídos na análise: (a) artigos publicados em periódicos revisados por pares, capítulos de livros, dissertações e teses que abordassem o tema da saúde mental com ênfase nos transtornos mentais e nas relações interpessoais; (b) publicações em português ou inglês; (c) textos disponíveis na íntegra e com relevância teórica ou empírica para o escopo da pesquisa. Foram excluídas produções de caráter opinativo, resenhas curtas, editoriais e materiais sem respaldo metodológico adequado ou que se afastassem do foco proposto.

A análise do material ocorreu em quatro etapas: (1) triagem inicial por meio da leitura dos títulos e resumos; (2) leitura integral dos textos pré-selecionados; (3) extração e categorização das informações relevantes, considerando os principais eixos temáticos do estudo — concepções contemporâneas de saúde mental, caracterização dos principais transtornos mentais, papel das relações interpessoais na constituição do sofrimento psíquico e modelos de cuidado e intervenção; e (4) construção de uma síntese interpretativa e crítica, com base nos aportes interdisciplinares identificados.

A revisão bibliográfica realizada neste estudo foi organizada em seções temáticas que contemplam: (1) os fundamentos contemporâneos sobre saúde mental e suas articulações com os paradigmas psicológicos; (2) a relevância das interações sociais no surgimento e enfrentamento do sofrimento mental; (3) os principais transtornos psíquicos de alta prevalência descritos na literatura atual; (4) as estratégias psicoterapêuticas e psicossociais aplicadas nos diferentes contextos clínicos e institucionais; (5) o uso de intervenções farmacológicas como recurso complementar ao tratamento psicológico; e (6) os avanços tecnológicos que têm transformado as possibilidades de acompanhamento e cuidado em saúde mental (Cordioli, 2008; Schneider; Margraf, 2009).

RESULTADOS

A partir da revisão da literatura com foco em obras seminais e produções científicas recentes de reconhecida relevância, a fim de aprofundar a compreensão sobre os assuntos e construtos supracitados, foi realizada uma seleção criteriosa de 22 publicações, entre livros, artigos científicos e periódicos especializados, que permitiram estabelecer uma análise comparativa entre os conceitos, destacando convergências e distinções teóricas relevantes para a compreensão dos processos psicológicos implicados nas intervenções terapêuticas contemporâneas. Essa revisão fundamentou e enriqueceu as reflexões teóricas deste estudo, articulando os modelos cognitivo-comportamentais à proposta de compreensão do sofrimento psíquico em sua complexidade.

Saúde Mental e Psicologia

A concepção contemporânea de saúde mental vai além da mera ausência de transtornos psíquicos, englobando o bem-estar emocional, a capacidade de estabelecer relações afetivas saudáveis, a autonomia nas decisões e a habilidade de lidar com situações adversas. De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), saúde mental é um estado de bem-estar no qual o indivíduo realiza suas capacidades, pode lidar com os estresses normais da vida, trabalhar de forma produtiva e contribuir para sua comunidade (WHO, 2021). A psicologia, enquanto ciência do comportamento e dos processos mentais, tem um papel crucial na promoção da saúde mental e no enfrentamento dos agravos psíquicos. Ao longo do século XX, diversos paradigmas teóricos — como o psicanalítico, o humanista, o comportamental e o sistêmico — contribuíram para a construção de modelos explicativos sobre o sofrimento humano. Apesar das divergências conceituais, todos convergem na valorização da escuta qualificada, do vínculo terapêutico e da contextualização das vivências do sujeito.

A compreensão do sujeito como ser relacional é uma premissa central em diversas abordagens psicológicas. As relações interpessoais, especialmente aquelas estabelecidas na infância, moldam esquemas de funcionamento afetivo-cognitivo que influenciam a forma como o indivíduo se percebe e se vincula ao outro. Nesse sentido, a qualidade dos vínculos familiares, escolares, amorosos e comunitários é determinante para o desenvolvimento emocional saudável. Autores como Winnicott (1990) e Rogers (2009) ressaltam que o ambiente relacional pode funcionar tanto como facilitador quanto como inibidor do amadurecimento psíquico. Relações empáticas, consistentes e responsivas contribuem para o fortalecimento do self, enquanto vínculos marcados por negligência, violência ou instabilidade podem gerar insegurança, ansiedade e adoecimento psíquico.

Rede de Atenção Psicossocial

A política de saúde mental no Brasil sofreu importantes transformações a partir da Reforma Psiquiátrica, iniciada na década de 1980, que culminou na criação do modelo da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), instituída pela Portaria nº 3.088/2011 do Ministério da Saúde. Essa rede propõe a substituição progressiva do modelo hospitalocêntrico por uma lógica de cuidado territorializado, interdisciplinar e centrado na singularidade do sujeito. A RAPS é composta por diversos dispositivos, tais como os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), as Unidades Básicas de Saúde (UBS), os Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF), as residências terapêuticas e os serviços de urgência e emergência. O objetivo é ofertar um cuidado integral e contínuo, que respeite os direitos humanos e promova a reinserção social do sujeito

em sofrimento mental. O CAPS, em suas diferentes modalidades (CAPS I, II, III, CAPSi e CAPSad), desempenha papel estratégico na coordenação do cuidado em saúde mental, oferecendo atendimentos individuais, grupos terapêuticos, oficinas de convivência e ações de promoção da saúde. Nessas unidades, o cuidado é construído de forma compartilhada entre equipe e usuário, reconhecendo a importância da rede de apoio familiar e comunitária para a recuperação do sujeito.

A atenção psicossocial considera que o sofrimento psíquico não pode ser reduzido à dimensão individual. Ele é também produto de exclusões sociais, desigualdades econômicas, discriminações de gênero, raça e orientação sexual. Portanto, a promoção da saúde mental deve articular-se com políticas públicas intersetoriais que assegurem o acesso à educação, moradia, renda e cultura, elementos fundamentais para a cidadania e a dignidade humana.

A Psicopatologia na Psicologia

A psicopatologia, enquanto área da Psicologia, se dedica ao estudo científico dos transtornos mentais, suas causas, manifestações e efeitos na vida do indivíduo. Desde os primeiros modelos de compreensão dos distúrbios psíquicos, que os relacionavam a possessões espirituais ou punições divinas, a ciência psicológica percorreu um longo caminho para construir um saber técnico e ético acerca das doenças mentais. Atualmente, compreende-se que esses transtornos são resultados de uma interação complexa entre predisposições genéticas, funcionamento neurobiológico, padrões cognitivos, experiências emocionais e contextos socioculturais. Autores como Dalgalarondo (2008) defendem que o estudo da psicopatologia deve abarcar não apenas a descrição dos sintomas, mas também a compreensão da vivência subjetiva do paciente, de modo a garantir uma escuta sensível e comprometida com a singularidade de cada caso. Nesse sentido, a psicopatologia, enquanto disciplina psicológica, se afasta de abordagens meramente classificatórias, adotando uma postura mais integrativa e fenomenológica, na qual a história de vida, o sofrimento e os recursos emocionais da pessoa são centrais no processo clínico.

Transtornos Mentais Comuns

Dentre os diversos transtornos catalogados pelos manuais diagnósticos como o DSM-5-TR e a CID-11, alguns se destacam pela prevalência e impacto na vida cotidiana. O Transtorno de Personalidade Borderline (TPB), por exemplo, é caracterizado por intensas oscilações de humor, impulsividade, medo de abandono e instabilidade nas relações interpessoais. Indivíduos com TPB frequentemente relatam sentimentos crônicos de vazio e podem recorrer à automutilação como forma de regulação emocional. A compreensão psicodinâmica do transtorno associa suas origens a

vínculos de apego disfuncionais na infância, enquanto modelos cognitivos enfatizam padrões distorcidos de pensamento e comportamento (Fonagy & Bateman, 2008). Outro transtorno amplamente estudado é o Transtorno Obsessivo-Compulsivo (TOC), cuja manifestação envolve obsessões (pensamentos intrusivos e persistentes) e compulsões (comportamentos repetitivos executados para neutralizar a ansiedade gerada pelas obsessões). Embora o TOC tenha sido historicamente confundido com traços de perfeccionismo ou excesso de zelo, trata-se de um transtorno incapacitante que pode comprometer gravemente a autonomia do sujeito. O Transtorno de Estresse Pós-Traumático (TEPT), por sua vez, desenvolve-se após a exposição a eventos traumáticos, como abusos, acidentes, violência ou desastres naturais. Os sintomas incluem revivescência do trauma, hipervigilância, evasão de estímulos associados ao evento e alterações negativas no humor. A prevalência do TEPT é significativa em populações expostas à violência urbana, conflitos armados ou desastres ambientais, tornando-se um dos maiores desafios contemporâneos para os serviços de saúde mental. Já o Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) aparece com maior frequência na infância, mas pode persistir até a vida adulta. Seus principais sintomas incluem desatenção, impulsividade e hiperatividade. Quando não tratado adequadamente, o TDAH pode comprometer o desempenho acadêmico, as relações interpessoais e a autoestima do indivíduo. Por fim, é necessário mencionar a dependência emocional, que embora não seja formalmente classificada como um transtorno nos manuais diagnósticos, é reconhecida como um padrão disfuncional de relacionamento, no qual o indivíduo vive em função do outro, desenvolvendo comportamentos de submissão, medo de rejeição e dificuldade em manter sua autonomia afetiva (Blair, 2013).

Intervenções Psicológicas em Psicologia

As intervenções psicológicas voltadas à saúde mental e às relações interpessoais assumem diferentes formas conforme o referencial teórico adotado, o contexto de atuação e as demandas singulares de cada sujeito. De modo geral, essas práticas têm como objetivo promover a escuta qualificada, ampliar a consciência de si, ressignificar experiências traumáticas, fortalecer vínculos afetivos saudáveis e desenvolver estratégias adaptativas para lidar com o sofrimento psíquico. A psicoterapia, nesse sentido, representa uma das principais estratégias de intervenção nas psicopatologias, especialmente nos contextos clínico e institucional, oferecendo um espaço de transformação e reconstrução subjetiva.

A abordagem psicanalítica, por exemplo, destaca a importância da escuta clínica como meio de acessar conteúdos inconscientes que impactam diretamente as relações interpessoais. Freud (1912/1996), ao introduzir o conceito de transferência, evidenciou como os padrões relacionais internalizados ao longo da vida tendem a se repetir

no vínculo terapêutico, permitindo ao sujeito reconhecer suas defesas e reformular modos de se relacionar com o outro. Já a Terapia Cognitivo-Comportamental (TCC) tem demonstrado elevado grau de eficácia no tratamento de diversos transtornos mentais, como o Transtorno Obsessivo-Compulsivo (TOC) e o Transtorno de Personalidade Borderline (TPB). A TCC parte do princípio de que pensamentos disfuncionais moldam emoções e comportamentos, sendo a reestruturação cognitiva um recurso fundamental para promover mudanças duradouras (Beck, 2013). Técnicas como a Exposição com Prevenção de Resposta (EPR) e a Terapia Comportamental Dialética (DBT), desenvolvida por Linehan, integram estratégias de enfrentamento emocional, aceitação radical e desenvolvimento de habilidades sociais, sobretudo nos casos em que há instabilidade afetiva e impulsividade.

Além disso, abordagens contemporâneas como o Tratamento Baseado na Mentalização (TBM), proposto por Bateman e Fonagy (2006), têm enfatizado a importância de fortalecer a capacidade do sujeito de compreender os estados mentais próprios e alheios, especialmente em transtornos marcados por dificuldades relacionais e de regulação emocional. O EMDR (Eye Movement Desensitization and Reprocessing), por sua vez, tem sido amplamente utilizado no tratamento do Transtorno de Estresse Pós-Traumático (TEPT), favorecendo o reprocessamento de memórias traumáticas por meio da estimulação bilateral, geralmente realizada com movimentos oculares.

Na perspectiva humanista, a Abordagem Centrada na Pessoa (ACP), desenvolvida por Carl Rogers, destaca a importância da congruência, empatia e aceitação incondicional como condições facilitadoras do crescimento emocional e da autonomia. A relação terapêutica, nesse modelo, é concebida como um espaço seguro para o sujeito desenvolver autenticidade e responsabilidade em seus vínculos interpessoais (Rogers, 2009). Já a Terapia Sistêmica compreende o sujeito como parte de sistemas relacionais mais amplos, como a família, o casal ou grupos sociais, centrando suas intervenções nos padrões de comunicação e nas dinâmicas que mantêm o sofrimento. O objetivo é promover reorganizações nos ciclos disfuncionais e restabelecer o equilíbrio relacional.

Nos contextos grupais, terapias de grupo e grupos operativos, conforme a proposta de Pichon-Rivière (2005), têm se mostrado eficazes na elaboração coletiva do sofrimento, possibilitando a troca de experiências, a identificação de padrões relacionais repetitivos e a construção de estratégias mais saudáveis de convivência. A vivência grupal também favorece o reconhecimento da alteridade e a ressignificação de conteúdos subjetivos a partir do encontro com o outro. Esse recurso é especialmente valioso em situações de dependência emocional, baixa autoestima ou dificuldades de socialização, uma vez que a dinâmica do grupo facilita o espelhamento, a escuta empática e a prática de novas formas de interação.

Em se tratando de transtornos como o Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), as intervenções psicológicas incluem não apenas o acompanhamento clínico do sujeito, mas também programas psicoeducativos voltados para pais e professores, com o intuito de promover ambientes mais responsivos e adequados às necessidades da criança ou adolescente. Nesse sentido, observa-se uma ampliação do escopo da intervenção clínica, articulando o trabalho individual com práticas educativas e comunitárias.

Nos serviços públicos de saúde mental, sobretudo os que integram a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), é comum encontrar uma multiplicidade de estratégias terapêuticas combinadas: atendimentos individuais, grupos terapêuticos, oficinas de convivência, visitas domiciliares e ações em território. Essas modalidades híbridas têm como finalidade ampliar o acesso ao cuidado e assegurar uma abordagem integral e contextualizada da saúde mental, respeitando as singularidades dos sujeitos e reconhecendo a influência dos determinantes sociais, culturais e afetivos na constituição do sofrimento psíquico.

Abordagens Farmacológicas Complementares

Embora a psicoterapia seja o eixo central do tratamento psicológico, em muitos casos o uso de medicação é necessário como complemento terapêutico. Os Inibidores Seletivos da Recaptação de Serotonina (ISRS), como fluoxetina, sertralina e paroxetina, são amplamente utilizados no tratamento de depressão, TOC e TEPT. Para o TDAH, os estimulantes do sistema nervoso central, como o metilfenidato e a lisdexanfetamina, são considerados padrão-ouro na regulação da atenção e do controle impulsivo. No tratamento de transtornos de personalidade, como o TPB e o Transtorno Antissocial, o uso de estabilizadores de humor, como lítio ou ácido valproico, pode ser indicado para controlar a impulsividade e as alterações de humor. Antipsicóticos atípicos, como a quetiapina ou a olanzapina, também podem ser utilizados para casos com sintomas psicóticos associados ou quadros mais resistentes. Entretanto, é importante ressaltar que o uso de psicofármacos deve estar sempre integrado a uma abordagem psicoterapêutica, considerando as especificidades do sujeito, seus recursos internos e o contexto social em que está inserido.

Avanços Tecnológicos no Tratamento de Psicopatologias

Com o desenvolvimento das ciências da computação e da neurociência, novas tecnologias vêm sendo incorporadas ao tratamento das psicopatologias. A psiquiatria de precisão, por exemplo, utiliza inteligência artificial, aprendizado de máquina e big data para identificar padrões em bancos de dados clínicos e genéticos, permitindo intervenções mais personalizadas e preditivas (Chen et al., 2022). Aplicativos de

celular, terapias baseadas em realidade virtual, plataformas de telessaúde e algoritmos preditivos são algumas das inovações que têm potencial para ampliar o acesso aos serviços de saúde mental e melhorar os desfechos clínicos. Essas tecnologias também favorecem o monitoramento em tempo real dos sintomas, o que permite ajustes mais rápidos nas intervenções e maior adesão ao tratamento, especialmente em populações jovens ou residentes em áreas remotas.

DISCUSSÃO

A presente revisão narrativa permitiu integrar distintos aspectos relacionados à saúde mental, à psicopatologia e às intervenções psicológicas, destacando tanto avanços teóricos quanto desafios práticos enfrentados na promoção do bem-estar psíquico. Inicialmente, observa-se uma mudança paradigmática na concepção de saúde mental, que passa da ideia de ausência de transtornos para uma visão ampliada de bem-estar subjetivo e relacional (WHO, 2021). Essa perspectiva está em consonância com os aportes da Psicologia Humanista e das abordagens contemporâneas que compreendem o sujeito como ser em relação, cuja saúde mental está fortemente atrelada à qualidade de seus vínculos afetivos (Rogers, 2009; Winnicott, 1990).

A psicologia, ao longo de sua consolidação como ciência e profissão, ampliou suas estratégias de compreensão e cuidado, incorporando múltiplos referenciais — como a psicanálise, a TCC, a abordagem fenomenológica e a psicologia sistêmica — que possibilitam intervenções mais sensíveis à subjetividade e à complexidade do sofrimento psíquico. Nesse sentido, a escuta clínica se destaca como eixo transversal entre essas abordagens, valorizando a singularidade da experiência do sujeito e a construção de sentido a partir de sua história (Dalgallarrondo, 2008). Essa escuta não se limita à clínica individual, mas se estende ao campo das políticas públicas, especialmente no modelo da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), que rompe com o paradigma manicomial e propõe um cuidado territorializado, interdisciplinar e voltado à cidadania (Brasil, 2011).

A partir da análise dos transtornos mentais comuns (como TPB, TOC, TEPT, TDAH), verifica-se que, embora cada quadro possua especificidades clínicas e neurobiológicas, todos compartilham fatores contextuais e relacionais em sua gênese e manutenção. A literatura destaca, por exemplo, o papel dos vínculos precoces disfuncionais na origem de transtornos como o TPB (Fonagy & Bateman, 2008), e o impacto de eventos traumáticos no desenvolvimento do TEPT. Tais dados reforçam a necessidade de uma abordagem psicopatológica que vá além da taxonomia dos sintomas, considerando os determinantes sociais, afetivos e históricos do sofrimento psíquico. A concepção integrativa da psicopatologia, que valoriza tanto os aspectos descritivos quanto fenomenológicos, permite a construção de um cuidado mais ético, eficaz e humanizado.

No campo das intervenções, destaca-se a diversidade de recursos psicoterapêuticos disponíveis, cada um com contribuições singulares. A psicanálise oferece ferramentas para a compreensão das repetições inconscientes e da transferência no vínculo terapêutico, enquanto a Terapia Cognitivo-Comportamental (TCC) foca na reestruturação de padrões disfuncionais de pensamento e comportamento (Beck, 2013). Abordagens como a Terapia Comportamental Dialética (Linehan) e o Tratamento Baseado na Mentalização (Bateman & Fonagy, 2006) têm se mostrado eficazes para quadros complexos, como o TPB, por meio da promoção da regulação emocional, empatia e habilidades sociais. Ressalta-se também o EMDR como recurso importante no tratamento do TEPT, pela sua efetividade no reprocessamento de memórias traumáticas.

Do ponto de vista ético e político, é fundamental reconhecer que o sofrimento psíquico não pode ser compreendido apenas em termos individuais, mas como expressão de desigualdades estruturais e exclusões sociais. A saúde mental, portanto, deve ser pensada de forma intersetorial, articulando-se a direitos fundamentais como moradia, educação, cultura, renda e inclusão social. A dependência emocional, embora ainda não classificada formalmente como transtorno, exemplifica como dinâmicas relacionais marcadas por submissão e medo da rejeição também demandam reconhecimento clínico e intervenção psicoterapêutica.

Em síntese, esta revisão permite afirmar que o cuidado em saúde mental exige uma escuta clínica qualificada, conhecimento técnico interdisciplinar e compromisso ético com os direitos humanos. A articulação entre psicopatologia, políticas públicas e intervenções clínicas oferece caminhos promissores para o enfrentamento do sofrimento psíquico em sua complexidade, desde que se mantenha o olhar atento à subjetividade e à historicidade de cada sujeito. Nesse processo, a psicologia reafirma seu papel central não apenas na reabilitação individual, mas na transformação das condições de existência que produzem e mantêm o adoecimento psíquico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A compreensão e o cuidado com as psicopatologias demandam uma abordagem ética, sensível e interdisciplinar, que reconheça a complexidade e a multidimensionalidade do sofrimento psíquico. A Psicologia, enquanto ciência e prática profissional, tem papel central na escuta clínica qualificada, no diagnóstico diferencial e na construção de intervenções terapêuticas comprometidas com a singularidade de cada sujeito. Esse compromisso implica não apenas a integração entre psicoterapia, farmacologia e recursos tecnológicos, mas também a atenção às dimensões sociais, históricas e relacionais que atravessam a saúde mental.

A saúde mental, longe de se restringir a aspectos biológicos ou individuais, é construída nas interações humanas e nas condições socioculturais em que os sujeitos estão inseridos. Relações interpessoais consistentes e respeitadas funcionam como fatores protetivos, ao passo que vínculos fragilizados, abusivos ou negligentes são elementos de risco para o adoecimento psíquico. Assim, torna-se essencial promover espaços de acolhimento, escuta e transformação subjetiva, que favoreçam a reconstrução de vínculos e a construção de uma vida com sentido.

Nesse processo, destaca-se o papel estratégico da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), estruturada nos princípios da Reforma Psiquiátrica e da integralidade do cuidado. Essa rede busca garantir o acesso universal, equânime e humanizado aos serviços de saúde mental, mesmo diante de desafios persistentes como o subfinanciamento do SUS, o estigma associado ao sofrimento psíquico e as lacunas na formação dos profissionais para o trabalho em equipe e em rede.

É urgente, portanto, investir em políticas públicas intersetoriais que articulem saúde, educação, assistência social e cultura, reconhecendo o caráter plural da experiência humana. Os tratamentos devem ser personalizados, baseados em evidências e sustentados por relações terapêuticas empáticas, com vistas não apenas à redução de sintomas, mas à promoção da autonomia, da resiliência e da qualidade de vida dos sujeitos. A Psicologia, com seu compromisso ético e científico, é protagonista na construção de práticas transformadoras, que contribuam para uma sociedade mais justa, inclusiva e cuidadora.

REFERÊNCIAS

ASEN, E.; FONAGY, P. Mentalization-based family therapy. American Psychiatric Publishing, 2012.

BATEMAN, A.; FONAGY, P. Mentalization-based treatment for borderline personality disorder: a practical guide. Oxford University Press, 2006.

BECK, J. S. Terapia cognitivo-comportamental: teoria e prática. Porto Alegre: Artmed, 2013.

BLAIR, R. J. R. The neurobiology of psychopathic traits in youths. Nature Reviews Neuroscience, v. 14, n. 11, p. 786–799, 2013.

BOTELO, M. R. A.; CUNHA, G. R.; MACEDO, J. P. Dependência emocional: um modelo de funcionamento psicológico. Psicologia em Revista, v. 17, n. 2, p. 361–377, 2011.

CHEN, R. et al. Precision psychiatry: re-imagining mental health through a data-driven lens. Nature Medicine, v. 28, p. 129–136, 2022.

CORDIOLI, A. V. Transtornos de ansiedade: diagnóstico e tratamento. Porto Alegre: Artmed, 2008.

DALGALARRONDO, P. Psicopatologia e semiologia dos transtornos mentais. Porto Alegre: Artmed, 2008.

FONAGY, P.; BATEMAN, A. The development of borderline personality disorder: a mentalizing model. *Journal of Personality Disorders*, v. 22, n. 1, p. 4–21, 2008.

FREUD, S. A dinâmica da transferência (1912). In: Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Vol. 12. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

MARGRAF, J.; SCHNEIDER, S. Terapia do trauma: princípios e prática do EMDR. In: HOYER, J.; MARGRAF, J. (Orgs.). Transtornos de ansiedade: diagnóstico e tratamento. Porto Alegre: Artmed, 2009.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Portaria nº 3.088, de 23 de dezembro de 2011. Institui a Rede de Atenção Psicossocial. Brasília, DF, 2011.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE – OMS. Mental health and substance use. Disponível em: <https://www.who.int>. Acesso em: [02/06/2025].

PERREZ, M.; BAUMANN, U. Psicologia clínica: fundamentos e avaliação. Petrópolis: Vozes, 2005.

PICHON-RIVIÈRE, E. O processo grupal. Petrópolis: Vozes, 2005.

ROGERS, C. Tornar-se pessoa. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

SCHNEIDER, S.; MARGRAF, J. Transtornos de ansiedade: diagnóstico e tratamento. Porto Alegre: Artmed, 2009.

SOUZA, M. T. de; SILVA, M. D. da; CARVALHO, R. de. Revisão integrativa: o que é e como fazer. *Einstein (São Paulo)*, v. 8, n. 1, p. 102–106, 2010.

SUSSMAN, S. Substance and behavioral addictions: concepts, causes, and cures. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

WHO – WORLD HEALTH ORGANIZATION. Mental health. Disponível em: <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/mental-health-strengthening-our-response>. Acesso em: [02/06/2025].

WINNICOTT, D. W. O ambiente e os processos de maturação: estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

ZANARINI, M. C. Psychotherapy of borderline personality disorder: a guide to evidence-based practice. Oxford: Oxford University Press, 2009.